

Álvaro quer acabar com analfabetismo

“É de estarrecer a revelação da pesquisa nacional por amostra de domicílios feito pelo IBGE de que o número de analfabetos em nosso país aumentou, no ano passado, de 30.2 milhões para 30.5 milhões de pessoas, o que leva à conclusão inelutável que o país não está conseguindo eliminar a nódua do analfabetismo mas, pior, corre o sério risco de chegar ao ano 2.000 com um vergonhoso contingente de mais de 40 milhões de pessoas que não merecem o tratamento igualitário proclamado pela Constituição vigente, decorrente da convenção internacional denominada declaração universal dos direitos do homem firmada pelo Brasil em 1948”, declarou Álvaro Costa, candidato ao Senado pelo PSB.

“Outra conclusão inquietante daquela pesquisa é que estão concentrados na zona urbana 98% dos 2.5 milhões da população masculina com mais de dez anos que atingiram apenas a dois anos do estudo, o que significa numeroso contingente de semi-analfabetos, em contraste com as exigências, cada vez mais presente, de especialização para o trabalho”, assinalou.

“Na prática, prosseguiu, este contingente vai somar-se aos desempregados e subempregados, formando em proletariado, dependentes do clandestino mercado informal de trabalho, cujo resultados não chegam a integrar as estatísticas econômicas oficiais e onde os direitos trabalhistas simplesmente não existem”.

“Torna-se imperiosa, acentuou Álvaro Costa, a revisão dos planos educacional existentes, para a elaboração e execução de um política educacional resultante da conjugação dos esforços financeiros e administrativos dos governos federal, estaduais, municipais, do Distrito Federal e Territórios na qual devem ser necessariamente integrados a juventude universitária e secundarista e o maior número possível de voluntários, de modo que seja erradicado o analfabetismo, a exemplo de outros países Sul-americanos como a Cuba e Nicarágua”.

“O Brasil detém hoje a oitava economia do mundo e, por isso, ao lado de uma política educacional consequente, não pode eximir-se da obrigação de levar a efeito de uma política econômica e fiscal que conduza a mais justa distribuição das rendas, possibilitando a população economicamente ativa o pleno emprego, alimentação, roupa e calçados, que são fatores decisivos na ausência dos filhos dos pobres na escola primária”, assinalou.